

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Voyager Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Voyager Participações S.A., que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Voyager Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Voyager Participações S.A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeira

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Voyager Participações S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Voyager Participações S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Voyager Participações S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Voyager Participações S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Voyager Participações S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras que representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de maio de 2024.

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais

Período findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	122	48
Impostos a recuperar		21	-
Total do ativo circulante		143	48
Investimentos em companhias	5	136.867	33.041
Total dos investimentos	#	136.867	33.041
Redução de Capital	#		
Total do ativo		137.010	33.089

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores		16	2
Partes relacionadas		-	9
Obrigações tributárias		2	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-
Total do passivo circulante		18	11
Patrimônio líquido	6		
Capital social		148.611	34.820
Reserva de lucros		-	-
Lucro/Prejuízos acumulados		(11.619)	(1.742)
Total do patrimônio líquido		136.992	33.078
Total do passivo e patrimônio líquido		137.010	33.089

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Período findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Redução de Capital	#		
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	7	(3.483)	(103)
Resultado da equivalência patrimonial	5	(6.483)	(1.639)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(9.966)	(1.742)
Resultado financeiro	8		
Receitas financeiras		92	2
Despesas financeiras		(3)	(2)
Total Resultdo Financeiro		89	-
Prejuízo do exercicio		(9.877)	(1.742)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Período findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(9.877)	(1.742)
Total do resultado abrangente do exercício	(9.877)	(1.742)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Prejuizos Acumulados	Total
Integralização de capital social	6	69.501	-	69.501
Redução de capital social e cancelamento de ações	6	(34.681)	-	(34.681)
Prejuízo do período		-	(1.742)	(1.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		34.820	(1.742)	33.078
Integralização de capital social		142.792	-	142.792
Redução de Capital		(29.001)	-	(29.001)
Prejuízo do período		-	(9.877)	(9.877)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		148.611	(11.619)	136.992

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(9.877)	(1.742)
Itens que não afetam as disponibilidades			
Resultado da equivalencia patrimonial	5	6.483 (3.394)	1.639 (103)
Aumento dos ativos operacionais			
Tributos a recuperar		(21)	-
		(21)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		14	2
Partes relacionadas		(9)	9
Outras Obrigações		2	-
		7	11
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(3.408)	(92)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aportes em investidas	5	(110.309)	(69.361)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		(110.309)	(69.361)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social	6	142.792	69.501
Redução de Capital		(29.001)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		113.791	69.501
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		74	48
No início do período		48	-
No fim do período		122	48
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		74	48

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Voyager Participações S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, conjunto 304, bairro Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01452-000.

A Companhia foi constituída em 14 de março de 2022 sob a denominação de SF 502 Participações Societárias S.A, tendo por objeto social específico o desenvolvimento de novos projetos de infraestrutura, assim entendidos aqueles definidos nos termos da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, por meio da participação, em caráter permanente ou temporário, em outras sociedades de propósito específico que atuem no desenvolvimento, implementação, operação ou manutenção de projetos de infraestrutura no território nacional, especialmente, mas sem limitação, no setor de rodovias, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de outros valores mobiliários.

Em 18 de agosto de 2022 a Companhia foi adquirida pela Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

Em 18 de agosto de 2022, a Companhia alterou a razão social para Voyager Participações S.A.

A Voyager Participações S.A. tem participação acionária em uma Companhia brasileira concessionária de prestação de serviços público de rodovias (“Investidas”), abaixo discriminada.

EPR2 Participações S.A – Sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo - SP, com o objetivo de explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem, empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. Abaixo as suas investidas SPEs:

- a) Concessionária Rodovias do Triangulo SPE S.A. (EPR Triângulo) – Sediada na Av Vicente Simões, n 197, bairro Jardim Santa Lúcia, Pouso Alegre – MG, CEP 37.6553-400. A Companhia tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “Triangulo Mineiro”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 002/2021, nos termos do Contrato de Concessão nº 003/2022 celebrado em 11/11/2022 para prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto da Concorrência Internacional SEINFRA nº 002/2021, com um prazo de concessão de trinta anos.

- b) Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (EPR Sul de Minas) – Sediada na Av Vicente Simões, n 197, bairro Jardim Santa Lúcia, Pouso Alegre – MG, CEP 37.6553-400. A Companhia tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “Sul de Minas”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021, nos termos do Contrato de Concessão nº 004/2022 celebrado em 11/11/2022 para prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto da Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021, com um prazo de concessão de trinta anos.
- c) EPR Infraestrutura S.A. (subholding) - Sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, 6º andar, sala 22, Bairro Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01451-000. A Companhia tem por objeto explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transporte, através da exploração direta e/ou da participação em sociedades de propósito específico que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e respectivas faixas marginais.
- d) EPR Litoral Pioneiro S.A. (EPR Litoral Pioneiro) – EPR Litoral Pioneiro S.A. (EPR Litoral Pioneiro) – Sediada na Rua Comendador Araújo, nº 499, cj. 1002, 10º andar, Centro, Curitiba – PR, CEP 80420-000,. A Companhia tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “Rodovias do Paraná – Lote 2”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), nos termos do Contrato de Concessão nº 02/2023, celebrado em 30/01/2024, para prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto da Concorrência Internacional nº 02/2023, com um prazo de concessão de trinta anos.

1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as mesmas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 23 de maio de 2024.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.4. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.5. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o controle conjunto sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro real anual.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

3.3. Provisão para perda do valor recuperável de ativos

a) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício apresentado.

3.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por caixa e equivalentes de caixa.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão representados por fornecedores e partes relacionadas.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

3.6. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2023 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23) - Definição de estimativas contábeis
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a CPC 26 (R1));
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a CPC 32).

3.7. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7 Instrumentos financeiros evidencição. Essas alterações visam maior transparência sobre os acordos de financiamento com fornecedores.

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	122	48
	122	48

As aplicações correspondem a aplicações automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (70% em 31 de dezembro de 2022).

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Investimentos

A movimentação do investimento de 2023 é conforme segue:

Descrição	Aportes	Transf.de ações/quotas (Fundo)	Transf. de ações/quotas	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022	Aportes	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
SPE Concessionária Rodovias do Triângulo SPE	43.413	(21.707)	(21.375)	(331)	-	-	-	-
SPE Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE	25.948	(12.974)	(12.743)	(231)	-	-	-	-
EPR2 Participações S.A.	-	-	34.118	(1.077)	33.041	110.309	(6.483)	136.867
	<u>69.361</u>	<u>(34.681)</u>	<u>-</u>	<u>(1.639)</u>	<u>33.041</u>	<u>110.309</u>	<u>(6.483)</u>	<u>136.867</u>

- (*) Em 25 de novembro de 2022, a acionista da Companhia deliberou pela redução do capital da Companhia, no montante de R\$ 34.681 com o cancelamento de 34.680.501 ações ordinárias, mediante a restituição de capital em quotas de participações nas investidas Investimentos SPE Concessionária Rodovias do Triângulo SPE e Investimentos SPE Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE para fundo Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, sem efeito caixa, conforme detalhado na Nota 6;
- (**) Em 08 de dezembro de 2022 a Companhia realizou aportes na investida EPR Participações S.A. através de bens, mediante a transferência à Companhia de: (a) 12.974.000 ações ordinárias de emissão da Concessionária Sul de Minas SPE S.A., e (b) 21.706.500 ações ordinárias de emissão da Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A., pelo valor contábil de R\$ 34.118 conforme Laudo de Avaliação.

Companhia - EPR2 Participações S.A.	Capita Social - Quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Participação da Voyager		Dados das investidas			
			no Capital Social	no Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Resultado do Exercício
31/12/2023	70.585.137	35.221.983	49,90%	49,90%	274.283	274.791	508	(12.992)
31/12/2022	68.374.533	34.680.500	49,90%	49,90%	65.053	66.215	1.162	(3.322)

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado e subscrito é de R\$ 148.731 dividido em 148.731.3999 ações ordinárias nominativas e o capital social integralizado é de R\$ 148.611 (em 2022 - R\$ 34.820 dividido em 34.819.899 ações ordinárias nominativas totalmente subscritas e integralizado).

Acionista	31/12/2023		31/12/2022	
	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.	148.731.399	100%	34.819.899	100%
	<u>148.731.399</u>	<u>100%</u>	<u>34.819.899</u>	<u>100%</u>

i) Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

ii) Emissão e cancelamento de ações ordinárias

Em 10 de outubro de 2022 a acionista da Companhia, deliberou pelo aumento de capital subscrito no montante de R\$ 68.600 dividido em 68.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$ 1,00, tendo sido totalmente integralizado da seguinte forma: R\$ 100 em 13 de outubro de 2022 e R\$ 68.500 em 09 de novembro de 2022.

Em 25 de novembro de 2022, a acionista da Companhia deliberou pelo aumento de capital subscrito em R\$ 900 dividido em 900.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$ 1,00, totalmente integralizada em vinte e cinco de novembro de 2022, e deliberou pela redução do capital em R\$ 34.681 com o cancelamento de 34.680.501 ações ordinárias, mediante a restituição de capital em quotas de participações nas investidas Investimentos SPE Concessionaria Rodovias do Triangulo SPE e Investimentos SPE Concessionaria Rodovias do Sul de Minas SPE, sem efeito caixa, conforme detalhado na Nota 5.

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Em 07 de fevereiro de 2023 o acionista realizou um aumento de capital subscrito de R\$ 42.232 dividido em 42.232.000 ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00.

Em 14 de agosto de 2023 o acionista realizou um aumento de capital subscrito de R\$ 49.100 dividido em 49.100.000 ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00.

Em 22 de agosto de 2023 o acionista realizou uma redução de capital subscrito de R\$ 29.001 dividido em 29.000.500 ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00.

Em 13 de dezembro de 2023 o acionista realizou um aumento de capital subscrito de R\$ 51.580 dividido em 51.580.000 ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00.

Em 2023 foi integralizado o montante de R\$ 113.791, ficando um saldo integralizar de R\$120, conforme o quadro das movimentações abaixo.

Descrição	Data	Ações	Capital social
Constituição empresa	14/03/2022	1	1
Aumento de Capital	10/10/2022	68.600	68.600
Aumento de Capital	25/11/2022	900	900
Redução de capital	25/11/2022	(34.681)	(34.681)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		34.820	34.820
Aumento de Capital - integralização	16/01/2023	65	65
Aumento de Capital - integralização	30/01/2023	667	667
Aumento de Capital - integralização	10/02/2023	40.750	40.750
Aumento de Capital - integralização	13/03/2023	350	350
Aumento de Capital - integralização	10/04/2023	100	100
Aumento de Capital - integralização	05/05/2023	50	50
Aumento de Capital - integralização	12/06/2023	150	150
Aumento de Capital - integralização	26/06/2023	100	100
Aumento de Capital - integralização	26/06/2023	5.300	5.300
Aumento de Capital - integralização	01/08/2023	43.800	43.800
Aumento de Capital - integralização	04/10/2023	15.570	15.570
Aumento de Capital - integralização	21/11/2023	3.160	3.160
Aumento de Capital - integralização	01/12/2023	32.730	32.730
redução de capital conforme Ata	22/08/2023	(29.001)	(29.001)
Total integralizado 2023		113.791	113.791
Saldo em 31 de dezembro de 2023		148.611	148.611

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal e destinação do resultado

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinações dos resultados

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado. A Companhia apurou prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não constituindo assim reserva legal.

Remuneração dos administradores

Conforme estatuto da Companhia os diretores perceberão uma remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral, porém para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores.

7. Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais apresentaram os saldos conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços advocatícios	-	(63)
Serviços de consultoria administrativa e financeira	(3.326)	(12)
Publicações de atas e balanços	(8)	(12)
Assessoria e consultoria de informática	(31)	(13)
Passagens e hospedagem	(8)	-
Imprensa	(109)	-
Outras	(1)	(3)
Total Despesas administrativas	<u>(3.483)</u>	<u>(103)</u>

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>92</u>	<u>2</u>
	92	2
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias e juros	<u>(3)</u>	<u>(2)</u>
	(3)	(2)
	<u>89</u>	<u>-</u>

9. Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possível, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

10. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

i) Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2023		31/12/2022			
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Classificação	Nível
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa	122	122	48	48	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Fornecedores	15	15	2	2	Custo amortizado	-
Partes relacionadas	-	-	9	9	Custo amortizado	

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

ii) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia podem ser assim identificados:

iii) Gestão de Riscos

Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil de 22 de janeiro de 2024, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

VOYAGER PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2023	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				11,75%	5,88%	8,81%	14,69%	17,63%
Aplicações financeiras	CDI	100,0%	122	14	7	11	18	22
Total			122	14	7	11	18	22

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				9,63%	4,81%	7,22%	12,03%	14,44%
Aplicações financeiras	CDI	70,0%	48	5	2	3	6	7
Total			48	5	2	3	6	7

11. Eventos subsequentes

Integralização de Capital

Em 31 de janeiro de 2024 foi recebido do Fundo Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura o valor de R\$ 120 (cento e vinte mil reais), para integralização de capital.

Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC – (FIC para Voyager)

Em 02 de fevereiro de 2024 foi recebido do Fundo Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura para futuro aumento de capital o valor de R\$ 32.503 (trinta e dois milhões, quinhentos e três mil, vinte e quatro reais e vinte centavos). Este AFAC deverá ser capitalizado na próxima Assembleia a ser realizada pela Voyager Participações S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC – Investida EPR2

Em 02 de fevereiro de 2024 foi feito um adiantamento para futuro aumento de capital na EPR 2 no valor de R\$ 32.503 (trinta e dois milhões, quinhentos e três mil, vinte e quatro reais e vinte centavos). Este AFAC deverá ser capitalizado na próxima Assembleia a ser realizada pela EPR2.

Outros Eventos

No dia 30 de janeiro de 2024 a Concessionária EPR Litoral Pioneiro S.A assinou o Contrato de Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário Sistema Rodoviário BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855.

Em 11 de abril de 2024, a sua investida EPR2 foi vencedora do leilão do projeto de concessão da rodovia BR-040, licitado de acordo com o edital 4/2023 da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), realizado na B3 S.A. – Brasil.